



INTERNATIONAL MONETARY FUND

COM
COMMUNICATIONS
DEPARTMENT

Comunicado de Imprensa No. 17/184
PARA COMUNICAÇÃO IMEDIATA
19 de maio de 2017

International Monetary Fund
Washington, D.C. 20431 USA

Equipa do FMI efectua missão de avaliação à Guiné-Bissau

Os comunicados de imprensa de fim de missão incluem declarações das equipas do FMI que transmitem as conclusões preliminares na sequência da visita a um país. Os pontos de vista expressos nesta declaração são os da equipa FMI e não representam necessariamente os do Conselho de Administração do FMI. Baseados nas conclusões preliminares desta missão, a equipa preparará um relatório que, com a aprovação da Direcção, será apresentado ao Conselho de Administração do FMI para debate e decisão.

- A equipa do FMI firmou um acordo técnico com as autoridades sobre as políticas económicas necessárias para concluir a terceira avaliação do acordo ECF, o qual será submetido à aprovação do Conselho de Administração.
- A recuperação da atividade económica iniciada em 2015 está a prosseguir e se consolidar. O crescimento está a ser apoiado pela alta dos preços do caju, o aumento da atividade de construção e melhorias contínuas no abastecimento de eletricidade e água.
- A manutenção dum trajectória económica positiva exigirá a continuidade dos esforços para preservar e fortalecer a disciplina orçamental e avançar nas reformas estruturais.

Uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), liderada por Tobias Rasmussen, visitou a Guiné-Bissau entre 10 e 19 de Maio de 2017, a fim de levar a cabo a terceira avaliação ao abrigo do dispositivo ECF – Facilidade de Crédito Alargada.¹

No fim da missão, o Sr. Rasmussen emitiu a seguinte declaração:

“A equipa técnica do FMI chegou a um acordo com as autoridades sobre as políticas económicas necessárias que permitam concluir a terceira avaliação do ECF. O acordado sobre a terceira avaliação ECF com o corpo técnico será submetido para análise e aprovação do Conselho de Administração em meados de Julho de 2017. Com a aprovação da terceira avaliação serão disponibilizados 3,030 milhões de Direitos Especiais de Saque (DES), cerca de US\$4,1 milhões à Guiné-Bissau.

¹ O ECF é um dispositivo de empréstimo que possibilita um compromisso e programa sustentado a médio e a longo prazo, em caso de problemas prolongados com a balança de pagamentos. O dispositivo para a Guiné-Bissau, num montante equivalente a DSE 17,04 milhões (cerca de US\$23,5 milhões, ou 60% da quota), foi aprovado em 10 de Julho de 2015 (ver Comunicado de Imprensa No.15/331).

As autoridades reiteram o seu compromisso para com o programa apoiado pelo ECF. As discussões centraram-se nas principais medidas de disciplina orçamental assentes na melhoria da mobilização de recursos e no reforço do controlo da despesa.

“A retoma da actividade económica, que teve seu início em 2015, continuou e consolidou-se. O preço elevado da castanha de cajú, o aumento na actividade de construção civil e a melhoria contínua do fornecimento de energia e de água contribuíram para o crescimento económico.

As autoridades registaram progressos significativos na gestão das finanças públicas. A institucionalização de um Comité de Tesouraria operacional permitiu um melhor controlo da despesa e, em particular, a eliminação, desde o início do ano, das DNTs. Além disso, melhorias ao nível da administração tributária e aduaneira contribuíram para o reforço da arrecadação da receita.

Para manter esta trajectória económica positiva, serão necessários esforços contínuos para manter e reforçar a disciplina orçamental e prosseguir com as reformas estruturais. As principais medidas incluem entre outras: garantir o rigoroso cumprimento do processo da aprovação do orçamento, reforçar a gestão da dívida pública, enfrentar as pressões financeiras provenientes do sector energético e permitir variações nos preços dos combustíveis internos em linha com os preços internacionais. Por fim, será igualmente importante assegurar um ambiente de competitividade saudável no sector de caju e eliminar as incertezas em torno do quadro regulamentar da comercialização da castanha de cajú.

A missão reuniu-se com o Presidente da República José Mário Vaz, o Primeiro Ministro Umaro Sissoco Embaló, o Procurador-geral da República António Sedja Mam, o Ministro da Economia e Finanças João Fadia, a Directora Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) Helena Nosolini Embaló, outros altos representantes, bem como representantes da sociedade civil, do sector privado e da comunidade de doadores.

A missão do FMI agradece às autoridades pelas discussões construtivas e a pela sua calorosa hospitalidade.